



PROCIV

BOLETIM MENSAL DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL / N.º 30 / SETEMBRO 2010 / ISSN 1646-9542

ÍNDICE



HOMENAGEM — PÁG. 2

> Força DECIF!

> Não desistiremos nunca...

NOTÍCIAS — PÁG. 3

> Presidente da República deslocou-se à ANPC para se informar sobre situação dos incêndios

> Criada estrutura política de acompanhamento dos incêndios florestais



NOTÍCIAS DOS DISTRITOS — PÁG. 4

> Porto: Aventura no Quartel IV

DIVULGAÇÃO — PÁG. 5

> Portugal viveu os dias mais quentes do ano

TEMA — PÁGS. 6/7

> O fogo contra o fogo: investigação ao serviço da proteção florestal

PROJETOS — PÁG. 8

> Emergências no estrangeiro



INTERNACIONAL — PÁG. 9

> Resposta Rápida da União Europeia a situações de Catástrofe

RECURSOS — PÁG. 10

> Declaração de retificação do Despacho n.º 11535/2010, de 30 de junho

QUEM É QUEM — PÁG. 11

> Equipas GAUF

AGENDA — PÁG. 12

EDITORIAL

Homenagem

Iniciamos o último mês da Fase Charlie com a amargura que o mês de agosto nos deixou: o país perdeu três Bombeiros, três valorosos operacionais: a Josefa Santos, o João Pombo e o Carlos Santos, que morreram no cumprimento de uma missão à qual se entregavam há vários anos, com esforço e dedicação, abdicando, tantas vezes, da sua vida pessoal, profissional e familiar. A eles reitero a minha mais sentida homenagem; às suas famílias, a minha solidariedade.

A todos os integrantes do Dispositivo, sua estrutura operacional no terreno e nas salas de operações, através dos operadores, reafirmo toda a confiança e respeito pelo trabalho desenvolvido. Porque são demasiado nobres os gestos abnegados de entrega ao cumprimento da missão que nos tem sido dado observar, tudo faremos para os honrar.

Este verão tem sido um tempo de luta, de garra e de persistência. O Dispositivo de Combate a Incêndios Florestais permanece ativo no terreno, enfrentando sem desânimo as consequências dos erros de uns e dos actos criminosos de outros, porque a floresta só arde se houver ignições, e quantas mais as ignições, mais difícil será o combate.

A Liga dos Bombeiros Portugueses celebrou em agosto 80 anos. Aos seus corpos dirigentes e a todos quantos representa, deixo aqui uma palavra de grande apreço. A sociedade portuguesa, mais do que nunca, reconhece o seu papel e a importância do seu trabalho pelos Bombeiros de Portugal.

Arnaldo Cruz

30

setembro de 2010

Distribuição gratuita

Para receber o boletim PROCIV em formato digital inscreva-se em:

www.prociv.pt

Os artigos que constam neste Boletim foram redigidos ao abrigo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Nomes próprios e designações de organismos mantêm a grafia anterior.

Na última semana de julho e duas primeiras de agosto, o território continental foi assolado por uma vaga de incêndios de grande intensidade. Muitos foram os homens e mulheres, dentro e fora do Dispositivo, que enfrentaram as chamas. Três desses combatentes perderam a vida em prol de uma missão que abraçavam abnegadamente.

Força DECIF!

Acredito que o pior momento já passou e desejo que assim seja. O final de julho e as duas primeiras semanas de agosto registaram as temperaturas mais altas das últimas décadas. Foi preciso enfrentar e dominar centenas de incêndios todos os dias. O dispositivo respondeu com uma entrega total, sem regatear esforços, e mostrou a sua capacidade, o seu profissionalismo, a sua determinação.

Infelizmente, temos a lamentar a terrível e dolorosa perda do comandante Carlos Santos, do subchefe João Pombo e da bombeira Josefa Santos, para além dos feridos graves para os quais desejamos pronta recuperação. Todos merecem a nossa homenagem e o nosso respeito.

Durante algumas semanas mais, o risco de incêndio continua elevado. Não podemos desmobilizar! Sei que todos encontrarão as energias necessárias para prosseguir o combate enquanto for necessário. Saúde essa determinação.

Saúdo igualmente o empenhamento das forças de segurança e da Polícia Judiciária, que tem permitido a detenção de vários criminosos que provocam incêndios. Não lhes podemos dar tréguas.

A todos os Bombeiros portugueses, aos “Canarinhos”, aos GIPS e demais militares da GNR empenhados no combate aos incêndios, aos sapedores florestais e vigilantes da natureza, aos elementos do GAUF, às tripulações das aeronaves, aos comandantes operacionais e outros quadros da ANPC, enfim, a todos quantos têm feito parte deste exército incansável e destemido, uma palavra de reconhecimento e de alento para o que ainda poderemos ter que enfrentar.

Vasco Franco, Secretário de Estado da Protecção Civil

Não desistiremos nunca...

Apesar da tragédia, não desistiremos nunca da salvaguarda das pessoas, do seu património e de um bem estratégico do país, que é a nossa floresta.

Os operacionais das várias forças e entidades que no terreno, têm desenvolvido um trabalho difícil, árduo, fatigante, de grande empenho e competência e de desmedida relevância nacional, são merecedores do aplauso de todos os portugueses.

Porque os Bombeiros também contam e têm nome, o João Pombo do CB de Alcobaça, o Carlos Santos do CB de Cabo Ruivo e a Josefa Santos do CB de Lourosa continuam presentes connosco, neste enorme desafio de combater e extinguir mais de 400 incêndios com que diariamente alguns pretendem destruir as nossas florestas.

Como é possível nos dias normais, fora das tragédias, não ouvimos falar destes e de outros heróis que são o que de melhor Portugal tem?

Meus Caros, João, Carlos e Josefa...

Vocês simbolizam a grandeza dos Bombeiros de Portugal. A vossa coragem e o sacrifício supremo da dádiva da vida, devem ser exemplo e subsistir para sempre na nossa memória colectiva.

Em nome de todos nós, em nome de todos os que direta ou indiretamente usufruíram da vossa atuação, da vossa generosidade, das vossas capacidades, que vos acompanharam nas tarefas de combate aos incêndios florestais, quero dizer-vos, companheiros, onde quer que estejam...

Obrigado!

Paulo Gil Martins, Comandante Operacional Nacional



Carlos Santos, 2.º Cmdt. B.V. Cabo Ruivo



João Pombo, Subchefe B.V. Alcobaça



Josefa Santos, Bombeira 3.ª Classe B.V. Lourosa

Presidente da República deslocou-se à ANPC para se informar sobre situação dos incêndios

O Presidente da República efetuou, no dia 13 de agosto, uma deslocação de trabalho ao Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS) da Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), em Carnaxide, para se informar sobre a situação dos incêndios no país. Nesta visita, o Chefe de Estado foi acompanhado pelo Primeiro-Ministro, José Sócrates, e pelo Ministro da Administração Interna, Rui Pereira.

Na ocasião, os responsáveis da ANPC e os representantes dos agentes de Protecção Civil que integram o briefing técnico operacional do CNOS fizeram uma apresentação detalhada sobre a evolução dos incêndios e os meios empenhados no seu combate.

No final do encontro, o Presidente da República mostrou-se confiante no trabalho de combate aos incêndios desenvolvido e apelou a todos os portugueses para ajudarem: “este é um trabalho de todos os portugueses. Aqui dirijo-me aos portugueses para lhes pedir que tenham muito cuidado com os comportamentos de risco que podem provocar incêndios e que estejam alerta em relação a todos

aqueles que ateiam incêndios, não deixando de comunicar às autoridades e que apoiem os Bombeiros no terreno.”

O Presidente da República apresentou também condolências às famílias dos bombeiros que morreram este ano e elogiou o trabalho do dispositivo da protecção civil: “o dispositivo tem respondido com uma boa capacidade, de forma positiva. Os Bombeiros, homens e mulheres, com grande sacrifício, têm feito um trabalho extraordinário.”

Foi a segunda vez que o Presidente da República acompanhou o trabalho feito pela ANPC. A primeira foi em 2006, logo após tomar posse.

1.



Presidente da República, Primeiro Ministro e Ministro da Administração Interna no briefing operacional

1.

ANPC recebe Deputados da Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

No âmbito da Fase Charlie do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais 2010, os Deputados da Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas da Assembleia da República participaram, no dia 3 de agosto, no briefing técnico operacional do Comando Nacional de Operações de Socorro, da Autoridade Nacional de Protecção Civil, para se inteirarem da evolução dos incêndios florestais no país. O briefing foi presidido pelo Secretário de Estado da Protecção Civil, Vasco Franco.

80.º Aniversário da Liga dos Bombeiros Portugueses

A Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP) assinalou, no dia 18 de agosto, o seu 80.º aniversário, com uma cerimónia presidida pelo Ministro da Administração Interna. A sessão contou ainda com a presença do Governador Civil de Lisboa, António Galamba, da Diretora Nacional de Bombeiros, em representação da Autoridade Nacional de Protecção Civil, Susana Silva, do Comandante Operacional Nacional, Gil Martins, e do Vereador da Câmara Municipal de Cascais responsável pela protecção civil, Pedro Mendonça.

Criada estrutura política de acompanhamento dos incêndios florestais

Por iniciativa do Secretário de Estado da Protecção Civil foi criada uma Estrutura Política de Acompanhamento dos Incêndios Florestais no âmbito dos Ministérios da Administração Interna, da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e do Ambiente e Ordenamento do Território.

A Estrutura Política é constituída por representantes das Secretarias de Estado da Protecção Civil, das Florestas e do Desenvolvimento Rural e do Ambiente e assessorada por um grupo técnico constituído por elementos da ANPC, da GNR/SEPNA, da AFN e do ICNB.

A sua missão é a de acompanhar a nível político a ação dos diferentes agentes de protecção civil, contribuindo para a identificação de eventuais dificuldades de articulação e propondo as soluções normativas que se justificarem no sentido de otimizar o esforço de protecção da floresta.

2.



MAI durante o discurso no 80.º aniversário da LBP

© Marques Valentim-LBP

2.

NOTÍCIAS DOS DISTRITOS

1.



Aventura no Quartel IV:
atividades com
as crianças

1.

Porto: Aventura no Quartel IV

Nos dias 3 e 4 de julho os Bombeiros Voluntários dos Carvalhos – Vila Nova de Gaia, realizaram a 4.ª Aventura no Quartel. Esta atividade é desenvolvida de dois em dois anos e destina-se a receber, durante um fim de semana, crianças entre os 9 e 10 anos, da área de intervenção deste Corpo de Bombeiros.

Uma Aventura no Quartel confere às crianças a oportunidade de conhecerem o dia a dia de um quartel de Bombeiros, aprendendo mais sobre as obrigações e sacrifícios de um Bombeiro Voluntário. Assim, ensina-se a formar, a marchar, a respeitar o próximo, a trabalhar em equipa. Enfim, procura-se elucidar e cativar para aquilo que é ser Bombeiro, tudo isto com muita brincadeira e aventura à mistura!

2.



Limpeza de fonte
no âmbito das
atividades programadas

2.

Beja: Projeto de ocupação de tempos livres

Na sequência do trabalho desenvolvido com as escolas do distrito, o CDOS e as autarquias de Beja, Ourique e Vidigueira, levaram a cabo um projecto de OTL (ocupação dos tempos livres) das crianças e jovens sobre a temática da prevenção dos incêndios florestais. Este projeto desenvolveu-se ao longo dos meses de julho, agosto e terminará na primeira semana de setembro e visou consciencializar crianças e jovens para comportamentos de risco, familiarizar estes jovens para a problemática dos incêndios florestais e dotá-los de mecanismos de autoproteção – o que fazer quando surge um incêndio em casa, na escola...

Sessão de esclarecimento
na Biblioteca Municipal
de Olhão

3.

Santo Tirso acolhe reunião dos Serviços Municipais e Gabinetes Técnicos Florestais

Decorreu no passado dia 8 de julho, na sala de conferências do Pavilhão Desportivo Municipal de Santo Tirso, a 26.ª reunião mensal dos Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC) e Gabinetes Técnicos Florestais (GTF) dos 18 municípios do distrito do Porto.

A importância de conhecer e estar mais próximo das realidades de cada concelho leva o CDOS do Porto a apostar nesta dinâmica, com o objetivo de subsistir um apoio e mútua ajuda intermunicipal, uma vez que os riscos e vulnerabilidades não conhecem limites administrativos.

Esta reunião contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, Castro Fernandes, com o vice-presidente Luís Freitas, com o Comandante Distrital, José Teixeira Leite, os oficiais de ligação ao CDOS, Andrade e Sousa, da GNR, Silvino Sousa, da Autoridade Florestal Nacional (AFN) e com os técnicos dos SMPC/GTF do distrito.

Sessão de esclarecimento sobre os Planos Prévios de Intervenção para o Aeroporto Internacional de Faro e Auto-estrada A22

Após homologação, por parte da Autoridade Nacional de Protecção Civil, dos Planos Prévios de Intervenção (PPI) para o Aeroporto Internacional de Faro e Auto-estrada A22, realizou-se, no dia 9 de agosto, na Biblioteca Municipal de Olhão, uma sessão de esclarecimento destinada aos operadores de centrais de despacho de meios dos Agentes de Protecção Civil e entidades cooperantes no âmbito destes planos.

O objetivo é automatizar respostas para situações tipificadas. Na sessão, ministrada por elementos da estrutura operacional do Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro, esteve presente a Governadora Civil, Isilda Gomes.

3.



Portugal viveu os dias mais quentes do ano



Na continuidade de julho, as duas primeiras semanas de agosto foram influenciadas por uma corrente de Leste que transportou na sua circulação uma massa de ar quente e seca, situação que conduziu à persistência de temperaturas elevadas e à ocorrência de uma onda de calor, registada em várias estações da rede do Instituto de Meteorologia (IM).

No período de 1 a 12 de agosto, o território continental registou uma média da temperatura máxima do ar de 33,9°C, o que significa uma anomalia de +5,1°C em relação ao valor normal de 1971-2000 (28,8°C) para este mês. Relativamente à temperatura mínima do ar, no período em análise registou-se uma média de 18,2°C, traduzindo-se numa anomalia de +2,7°C, em relação ao respetivo valor normal do mês (15,5°C).

Praticamente todas as estações do continente registaram valores médios de temperatura do ar entre 4 e 6°C acima dos valores normais do mês, destacando-se Sines, com um registo de 29,5°C de média da temperatura máxima, o que corresponde a uma anomalia de +7,8°C e de 18,3°C, com uma anomalia de +1,5°C na temperatura mínima. Lisboa registou uma anomalia de +4,7°C na temperatura máxima, com 32,5°C de média da temperatura máxima e uma anomalia de +2,5°C na média da temperatura mínima, com 20,6°C. No Porto observou-se uma anomalia de +4,0°C na temperatura máxima, com 28,2°C e uma anomalia de +2,9°C na temperatura mínima, com 17,3°C. Finalmente, em Faro registou-se uma média da temperatura máxima de 31,4°C, com uma anomalia de +2,6°C e uma temperatura mínima de 23,5°C, com uma anomalia de +5°C em relação ao respetivo valor médio.

Neste período, os maiores valores da temperatura máxima do ar observados foram de 42,3°C na Amareleja no dia 11, 42,0°C em Tomar e 41,9°C em Alvega, ambos no dia 8. As maiores temperaturas mínimas verificadas neste período registaram-se em Faro com 27,2°C no dia 12, em Portalegre com 26,5°C no dia 10 e em Lisboa com 26,4°C nos dias 10 e 11.

Em 61% das estações da rede do IM no continente já foi ultrapassado o valor normal relativo às noites tropicais (>20°C) para o mês de agosto. De realçar que em Faro todas as noites deste período (1 a 12 de agosto) foram noites tropicais.

Foi registada onda de calor em Monção e Alcácer do Sal, com 9 dias, de 3 a 11 de agosto, e com 6 dias em Sines, Guarda, Sagres, Monte Real, Anadia, Nelas e Dois Portos, no período de 6 a 11 de agosto.

Consequências negativas

Segundo um estudo realizado em Espanha, as alterações climáticas levarão a um aumento das temperaturas na ordem dos seis graus, dentro de 60 anos. Em 2008, a Agência Estatal de Meteorologia (Aemet) espanhola realizou as primeiras previsões sobre como é que o aquecimento global afetaria as várias regiões. No entanto, o mesmo organismo teve de proceder a revisões devido aos modelos atuais.

Algumas das consequências negativas óbvias serão sobre os ecossistemas. Na agricultura, por exemplo, deverão ser utilizadas espécies adaptadas ao calor e a demandas hídricas menores. Apesar das várias possibilidades de ajustes, existirão setores onde não haverá adaptação possível, tal como estações de esqui. Um artigo publicado num diário espanhol explica mesmo que, no futuro, será difícil continuar com o ciclo hidrológico atual e algumas zonas poderão vir a converter-se em deserto.

Fonte: ANPC; IM; Ciência Hoje

Recorde em Moscovo

Os termómetros atingiram temperaturas recorde, havendo dias em que atingiram os 37,2º em Moscovo, a máxima absoluta registada na capital russa que, como outras regiões do país, viveu uma das ondas de calor mais prolongadas dos últimos decénios.

O fogo contra o fogo: investigação ao serviço da proteção florestal

A investigação em matéria de incêndios florestais na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro é enquadrável em duas áreas gerais, o comportamento e a ecologia do fogo, correspondendo a duas questões básicas: como arde a vegetação e como esta responde ao fogo. A resposta a estas questões permite formular estratégias e práticas de gestão conducentes à redução da vulnerabilidade e ao aumento da resiliência da floresta aos incêndios.



Ao uso tradicional do fogo junta-se agora o “fogo técnico”, alicerçado em conhecimento científico.

A faceta destrutiva do fogo florestal está patente na ameaça que representa para vidas e bens, conduzindo a políticas que visam a sua exclusão dos espaços florestais. No entanto, o fogo tem um lado positivo — como processo ecológico e como ferramenta de gestão ao serviço da sociedade — cada vez mais reconhecido. Erradicar o fogo da paisagem do Mediterrâneo não é possível, e frequentemente não é desejável, restando-nos aceitar a sua presença, através de uma gestão integrada que o domestique em certo grau e minimize a probabilidade de ocorrência de incêndios catastróficos.

Ao uso tradicional do fogo junta-se agora o “fogo técnico” para fins de proteção florestal e civil e alicerçado em conhecimento científico.

É um dado adquirido que a tecnologia de combate a incêndios é incapaz de debelar fogos que ocorram em condições meteorológicas severas, independentemente da capacidade e quantidade dos meios utilizados. O fogo técnico tem duas vertentes, respetivamente na prevenção (o fogo controlado) e no combate de incêndios (o fogo de supressão). Ambas têm como objetivo último o aumento da efetividade das operações de combate, que expandem para níveis extremos de risco meteorológico.

O fogo controlado, efetuado no outono-primavera, reduz a quantidade de combustível e conseqüentemente o potencial energético e de propagação de um incêndio; note-se que “controlado” se refere tanto à limitação do fogo

a uma área pré-definida como à limitação da sua severidade. O fogo de supressão é aplicado no decorrer de um incêndio para acelerar ou reforçar o seu controlo, impedindo direta (contrafogo) ou indiretamente (fogo tático) a progressão da frente de chamas.

Da investigação sobre fogo controlado resultou o conhecimento dos seus efeitos no solo e vegetação, permitindo definir as condições em que a prática é justificada, eficiente e inócua. Modelos de predição do comportamento do fogo e dos impactes associados foram desenvolvidos para apoio à decisão operacional, nomeadamente para desenvolver prescrições (as condições de queima desejadas) para locais e objetivos específicos. Este esforço culminou num programa de formação e veio a contribuir para regulamentar a prática do fogo técnico em Portugal.

O uso seguro e eficaz do fogo em situações de combate a incêndios é extremamente exigente e pressupõe a capacidade de analisar o comportamento do fogo e “ler” o incêndio, uma competência escassamente desenvolvida no país. A experiência em fogo controlado, com o processo de aprendizagem subjacente, é assim um requisito básico para a prática do fogo de supressão.

Paulo Fernandes

Departamento de Ciências Florestais e Arquitetura Paisagista/Centro de Investigação e de Tecnologias Agroambientais e Biológicas, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

O uso seguro e eficaz do fogo é extremamente exigente e pressupõe capacidade de analisar o seu comportamento

“Fire Paradox” apoiado pela União Europeia

Iniciado em 2006, o projeto Fire Paradox, com 36 parceiros em 17 países europeus e mais cinco fora da Europa, pretende introduzir novas visões relativas ao uso do fogo, bem como novas estratégias e políticas de ação para uma gestão integrada de uso do fogo, a nível regional, nacional e europeu.

A proposta defendida no projeto Fire Paradox, liderado por equipa portuguesa, foca que a utilização do fogo pode ser útil para a resolução do problema dos incêndios e nesse sentido deverá ser adotada uma diretiva europeia ligada ao fogo. Esta proposta foi já apresentada na Alemanha, durante a divulgação dos resultados deste trabalho de investigação.

A diretiva, que seria um enquadramento das atividades que cada país deveria adotar para regular o problema dos incêndios, teria que conter as formas como o fogo pode ser utilizado contra os incêndios.

Segundo a coordenação do projeto, a gestão integrada do fogo tem como elemento central a utilização do fogo na prevenção através do fogo controlado, no combate através do contra fogo e pode ser também pelo aproveitamento das práticas tradicionais do fogo, como as queimadas.

Outra das práticas defendidas no projeto Fire Paradox é o uso do contra fogo durante os incêndios, técnica que exige profissionais com experiência e conhecimento do comportamento do fogo.

O coordenador da investigação salienta que Portugal já começa a ser referido internacionalmente “como um bom exemplo” devido às técnicas que adotou para o combate e prevenção de fogos florestais, particularmente desde 2005.

No entanto, existem países europeus, como a Grécia, onde a utilização do fogo em combate e prevenção é completamente proibida, e a Itália, onde o seu uso é pouco comum.

A nível europeu existe esta “lacuna” de utilização do fogo como “elemento benéfico” e por isso foi proposta uma diretiva europeia ligada ao fogo.

Emergências graves no estrangeiro: Como pode a UE evacuar os seus cidadãos o mais rapidamente possível e em segurança?

Projeto financiado pela UE visa agilizar operações de repatriamento de cidadãos Europeus a residir ou em viagem em países terceiros afetados por emergências graves.

As agências de proteção civil da Alemanha (THW) e da Suécia (MSB) propuseram à Comissão Europeia o desenvolvimento de um projeto que visa estabelecer um conjunto de procedimentos operacionais a adotar por todos os Estados-membros, numa base voluntária, em suporte às operações de evacuação e repatriamento de cidadãos europeus residentes ou em viagem por países terceiros afetados por uma emergência grave.

Esta iniciativa surgiu no seguimento do tsunami no sudoeste asiático, em dezembro de 2004, em resultado do qual muitos cidadãos europeus perderam a vida ou tiveram que ser repatriados de urgência para os respetivos países de origem, num processo moroso e de enorme complexidade caracterizado por uma relativa descoordenação entre serviços consulares, e entre estes e as equipas de proteção civil e apoio humanitário.

O estabelecimento desses procedimentos operacionais baseia-se em cinco vetores fundamentais: assuntos logísticos, gestão da informação, apoio médico, apoio psicológico, comunicações e, por último, formação recíproca do pessoal consular e da proteção civil em matérias respeitantes a cada uma das respetivas áreas de atuação.

O projeto, que vai a meio do seu termo, tem fomentado, através de várias ações, relações de maior proximidade entre os domínios diplomático/consular e da proteção civil.

A ANPC foi convidada a integrar a iniciativa na qualidade de organização membro do comité de gestão. Note-se que este é um assunto que interessa sobretudo a Portugal, atendendo ao número de países onde não dispõe de representação diplomática ou consular local, apesar de aí poderem existir comunidades portuguesas de dimensão significativa.

Esta temática, inserida no quadro de prioridades da atual presidência belga do Conselho da União Europeia, será discutida num seminário técnico sobre aperfeiçoamento da coordenação consular em situações de crise, que terá lugar em Bruxelas, nos próximos dias 22 e 23 de setembro.

A assistência consular a cidadãos da União Europeia, residentes ou em visita a países terceiros afetados por uma emergência grave, está contemplada no artigo 2.º da Decisão 2007/779/CE, que reformulou o Mecanismo Comunitário de Proteção Civil.

A assistência consular a cidadãos da União Europeia, residentes ou em visita a países terceiros afetados por uma emergência grave, está contemplada no artigo 2.º da Decisão 2007/779/CE.



© THW

Resposta rápida da UE a catástrofes

As catástrofes não escolhem hora, dia ou local para acontecer. Nos últimos anos, a comunidade internacional tem testemunhado a perda de milhares de vidas, por vezes impotente para dar ajuda mais rápida e eficaz. O sismo no Haiti e as cheias no Paquistão, demonstram a vulnerabilidade da população mundial. Os incêndios florestais continuam a destruir centenas de hectares de floresta um pouco por todo o mundo, com um significativo impacto económico e ambiental, e a provocar vítimas.

A União Europeia (UE) despertou para a problemática da resposta a grandes emergências após o sismo da Arménia de 1988 e em janeiro de 2002 entra em vigor o Mecanismo Comunitário de Proteção Civil, a primeira ferramenta europeia de resposta coordenada a situações de emergência de proteção civil. Este Mecanismo tem vindo a intervir cada vez mais em situações de emergência de proteção civil, tendo passado de 3 intervenções em 2002 para 21 em 2009.

Em 2007, o Mecanismo é remodelado pela primeira vez, mas continua o debate para a necessidade de se procurar uma maior e melhor capacidade de resposta rápida a grandes catástrofes. Já em 2010, a Comissão Europeia reabre o debate com uma Comunicação sobre este tema, no âmbito da qual têm sido ouvidos os parceiros relevantes para alcançar uma proposta consensual sobre o futuro da resposta a catástrofes.

Estes trabalhos baseiam-se em algumas premissas fundamentais. A destacar o facto de a Proteção Civil continuar a ser uma competência dos Estados, também da resposta a emergências dever ser sempre conduzida com base nos princípios da subsidiariedade, da cooperação, da proporcionalidade e da coordenação e a dependência da União dos recursos nacionais para poder responder a um pedido de assistência internacional.

A natureza voluntarista associada às participações nacionais no Mecanismo é, simultaneamente, a sua grande mais-valia e o seu grande *handicap* e se o objetivo é garantir uma permanente e eficaz capacidade de resposta, esta não pode depender de manifestações voluntárias. É necessário haver compromissos prévios, à semelhança do que acontece com outras organizações, através dos quais, em determinados períodos, a UE saiba com o que contar.

A colocação de meios nacionais em *stand-by*, numa base rotativa, não obrigatória e baseada numa análise prévia de cenários e em escalas de empenhamento de âmbito regional, será uma opção a considerar.

Contudo, e não obstante a necessidade de melhorar a capacidade de resposta da UE, esta também deverá continuar a investir nos apoios à prevenção e ao

desenvolvimento de políticas sustentadas de redução de desastres. Melhorar o conhecimento sobre os fenómenos que dão origem a catástrofes, apostar no ordenamento do território e na sua aproximação às políticas de proteção civil e aumentar os níveis de resiliência das populações deverão ser objetivos a considerar e que deverão decorrer paralelamente ao investimento na resposta.

Portugal tem participado nos projetos em curso nesta área de intervenção, quer ao nível da União Europeia, quer das Nações Unidas. Paralelamente, a ANPC, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e dos Acordos Bilaterais com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, tem apostado no apoio a estes países em matéria de preparação, planeamento e resposta, sobretudo através da formação.

O Tratado de Lisboa formaliza, pela primeira vez na história da União Europeia, a área da Proteção Civil, e introduz uma cláusula específica de solidariedade, atribuindo maior importância à necessidade dos Estados participarem ativamente no processo político europeu.

UE: Itália e França disponibilizam aviões para combater fogos

Devido à situação dos incêndios florestais, Portugal solicitou, por duas vezes, assistência com meios aéreos à União Europeia, através do Mecanismo Europeu de Proteção Civil, para reforçar e complementar a capacidade de resposta nacional no combate aos incêndios florestais.

Na sequência deste pedido, Itália cedeu dois aviões que estiveram no país de 28 de julho a 5 de agosto. Também dois aviões *Canadair* franceses estiveram, de 12 a 18 de agosto, a apoiar as operações de combate a incêndios. Esta contribuição Europeia foi positiva e crucial para as ações em curso.

O Mecanismo Europeu de Proteção Civil dinamiza uma parceria entre os países da União Europeia para a qual o nosso país contribui regularmente com meios de proteção civil.

A ANPC preparou e acompanhou a permanência destes meios aéreos, prestando todo o apoio logístico necessário, gerindo as suas intervenções operacionais e assegurando a ligação permanente ao Mecanismo de Proteção Civil da UE. Estiveram também a atuar em Portugal, ao abrigo do Acordo Luso-Espanhol no âmbito da Proteção Civil, *Canadairs* de Espanha.

Legislação

Consulta em: www.prociv.pt/Legislacao/Pages/LegislacaoEstruturante.aspx

Declaração de retificação n.º 1522/2010, de 30 julho

Considerando que o despacho n.º 11535/2010, de 30 de junho, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 136, de 15 de julho de 2010, constante da p. 39189 e seguintes, saiu com algumas inexatidões, cumpre proceder à sua retificação.

Glossário

REACENDIMENTO

Reativamento de um incêndio, depois de este ter sido considerado extinto. A fonte de calor

é proveniente do incêndio inicial. Um reacendimento é considerado parte integrante do incêndio principal (a primeira ignição

observada não depende de qualquer outra área percorrida por um incêndio).

Publicações



Ministério da Administração Interna . 100 Conselhos de Segurança

Este livro, elaborado pelo Ministério da Administração Interna, através das Forças e Serviços de Segurança e de Proteção e Socorro, reúne um conjunto de conselhos importantes no domínio da segurança, acompanhados por pequenas ilustrações. O objetivo desta publicação é o de transmitir a mensagem de que a segurança começa em cada um de nós e que a prevenção é determinante para evitar possíveis situações de risco. As 100 recomendações que constam nesta edição estão divididas em função das situações e dos espaços que os cidadãos usam quotidianamente.

WWW

Associação Portuguesa de Geógrafos — <http://www.apgeo.pt/>

Esta Associação tem como propósito a valorização da Geografia e o reconhecimento da utilidade social dos geógrafos e das suas atividades profissionais, em domínios como o ensino, o planeamento e ordenamento do território, os estudos ambientais e os sistemas de informação geográfica. O site aborda a natureza do trabalho do geógrafo, as ofertas do mercado de trabalho, a formação e a evolução da carreira, divulgando publicações e eventos diversos, que promovem o debate sobre temas relacionados com a atividade profissional do geógrafo e o seu âmbito de intervenção.

Fire Paradox — <http://fireparadox.org/>

O Fire Paradox é um projecto de investigação e desenvolvimento europeu iniciado em março de 2006, por um período de 48 meses, que reúne 35 parceiros de 16 países, com o objetivo de estudar novos métodos de prevenção e combate aos incêndios florestais. O site do projeto procura ser antes de mais um espaço de diálogo e troca de informação especializada, não só útil para quem está diretamente envolvido no mesmo, mas para todos aqueles que se preocupam com esta temática.

Equipas GAUF

As equipas GAUF, abreviatura para Grupo de Análise e Uso do Fogo, reúnem elementos tecnicamente habilitados no planeamento e execução do fogo técnico, certificados pela Autoridade Florestal Nacional (AFN), com experiência consolidada sobre o fogo e sobre todos os elementos que influenciam o seu comportamento, impacto ambiental e gestão.

As alterações recentes introduzidas no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios relativas ao uso do fogo permitem uma maior clarificação das regras de utilização desta ferramenta, de forma a aumentar a sua eficácia e eficiência, salvaguardando a defesa de pessoas, de bens e do património florestal. É introduzido e definido o conceito de fogo técnico, que engloba todas as atividades do uso do fogo, bem como as necessidades de formação específica e de credenciação dos seus responsáveis.

As equipas GAUF têm definido na sua missão garantir apoio técnico à Autoridade Nacional de Proteção Civil, nos diferentes níveis das estruturas de coordenação operacional, em incêndios florestais com potencial de grande incêndio ou com potencial de dano elevado, na fase de ataque ampliado e no apoio à gestão do fogo.

Atuam a pedido do Comando Nacional de Operações de Socorro e são parte integrante do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais. A identificação da necessidade de utilização das equipas GAUF poderá também ser feita pelos Comandantes Operacionais Distritais, pelos Comandantes de Operações de Socorro, pelos técnicos de ligação da AFN, ou pelos elementos GAUF, passando a requisição, em qualquer uma dessas situações, pelo CNOS.

A ativação é solicitada aos coordenadores GAUF, que por seu turno desencadeiam a ativação das equipas em função da localização dos elementos, do tempo de chegada à ocorrência, do potencial do incêndio e da organização da própria equipa.

Neste momento, a nível nacional, existem 7 equipas, com 3 elementos cada. Todos os membros das equipas são credenciados em fogo controlado, e recebem formação específica anual sobre análise e combate a incêndios florestais, sendo os chefes de equipa os únicos habilitados a tomarem a decisão e a coordenação das ações de utilização de fogo de supressão.

Neste momento, a nível nacional, existem 7 equipas, com 3 elementos cada.





9 – 11 SETEMBRO
VILA REAL
TRANSPORTES ESCOLARES
E RURAIS – DO DIREITO
À MOBILIDADE À MOBILIDADE
EFICIENTE

A Universidade de Trás-os-Montes, através do Grupo de Estudos Territoriais da Escola de Ciências e Tecnologia organiza este seminário que decorrerá no Teatro de Vila Real.

.....

27 – 29 SETEMBRO
PORTO
EUROCÓDIGOS ESTRUTURAIS:
O INÍCIO DA SUA APLICAÇÃO
EM PORTUGAL

Em colaboração com a FEUP (Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto), o LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) organiza este Seminário direcionado para projetistas, empresas construtoras, donos de obra, empresas de fiscalização e gestão de obras, câmaras municipais e outras entidades públicas, com o objetivo de interpretar e divulgar as 16 NP EN já publicadas. Este Seminário realiza-se no Porto, no Auditório da Fundação Engº António de Almeida, tendo o seu início às 11h do dia 27.

Mais informações em www.lnec.pt ou formacao@lnec.pt

.....

28 SETEMBRO – 1 OUTUBRO
LISBOA
II CONGRESSO NACIONAL DE
EMERGÊNCIA MÉDICA – “DA RUA
AO HOSPITAL – ABRIR PORTAS,
PARTILHAR RECURSOS”

Organizado pelo Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) este congresso decorrerá no Centro de Congressos de Lisboa e tem como objetivo promover a qualidade e a melhoria dos cuidados de Emergência Médica às populações, ao destacar a necessidade da articulação entre o hospital e o setor pré hospitalar. O programa inclui a atribuição do Prémio de Emergência Médica Rocha Silva, a realizar nos dias 27 e 28 de setembro. Mais informações em www.cenem2010.com ou www.portaldasaude.pt

.....

A maior parte dos incêndios começa com um acto negligente.



A maior parte dos incêndios florestais começa com um acto negligente: um cigarro atirado ao chão, uma fogueira, um foguete. Não seja culpado de um crime como este.

Neste Verão, na floresta



Não faça
fogueiras



Não lance
fogueteiros



Não atire cigarros
para o chão

Em caso de incêndio, ligue **112**

Portugal sem fogos depende de todos.

PROCIV BOLETIM MENSAL DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL

Edição e propriedade – Autoridade Nacional de Protecção Civil **Diretor** – Arnaldo Cruz
Redação e paginação – Núcleo de Sensibilização, Comunicação e Protocolo **Fotos** – ANPC
Design – Barbara Alves **Impressão** – Europress **Tiragem** – 2000 exemplares **ISSN** – 1646-9542
Impresso em papel 100% reciclado RENOVA PRINTE.

Os artigos assinados traduzem a opinião dos seus autores. Os artigos publicados poderão ser transcritos com identificação da fonte.

Autoridade Nacional de Protecção Civil Pessoa Coletiva nº 600 082 490 **Av. do Forte em Carnaxide / 2794-112 Carnaxide**
Telefone: 214 247 100 **Fax: 214 247 180** geral@prociv.pt www.prociv.pt